

## MULHERES NEGRAS TRANSGÊNERAS ACADÊMICAS: EXPERIÊNCIAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Alessandro de Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

1. Professor do IP-USP – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

**Resumo:** O trabalho focaliza as experiências de preconceito e discriminação de mulheres negras transgêneras acadêmicas e suas estratégias de enfrentamento. Trata-se de estudo qualitativo descritivo do qual participaram quatro mulheres na faixa de 25 até 47 anos. Elas foram entrevistadas e o material submetido à análise de conteúdo. Embora as entrevistadas afirmem sentirem-se acolhidas pela maioria dos estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino, também percebem sentimentos de hostilidade. As experiências de preconceito e discriminação geram sofrimento e podem produzir prejuízos que vão desde a baixa autoestima até o abandono dos estudos, vulnerabilizando as possibilidades de bem viver e sucesso acadêmico dessas mulheres. A participação em coletivos auto-organizados contribui para que elas possam enfrentar o preconceito e a discriminação derivados da sobreposição de racismo e transfobia e encontrar um espaço seguro de crescimento pessoal e compartilhamento de vivências.

**Autorização legal:** CEPE do Instituto de Psicologia da USP. Número CAEE: 62602716.9.0000.5561.

**Palavras-chave:** Identidade de Gênero; Instituições de Ensino Superior; Pesquisa Qualitativa.

**Apoio financeiro:** FAPESP.

### Introdução:

A violência sobre as mulheres se expressa de maneira desigual entre os diferentes segmentos femininos dessa população sobrepondo marcadores sociais como raça-etnia, identidade de gênero e classe. No Brasil, as mulheres negras compõem o segmento feminino mais vulnerável à violência, sendo que as mulheres negras transexuais e travestis, ou seja, as transgêneras, são as que mais sofrem agressões e as principais vítimas de assassinato (O'HARA, 2014).

Aproximadamente 18 milhões de pessoas LGBTTT vivem no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2019). Dados do Disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos referentes ao ano de 2016 indicam que 34,6% das denúncias reportadas referem-se a ameaças e experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por mulheres transgêneras, em especial negras (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2019). Benevides e Nogueira (2019) utilizando dados da Rede Trans Nacional do Brasil (Rede Trans Brasil) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) mostram que 90% das mulheres transgêneras têm uma expectativa de vida de apenas 35 anos, sendo que somente 0,02% desse segmento consegue acessar o ensino superior.

A então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estabeleceu em 2015 a Resolução 12 que trata da presença das pessoas transgêneras nas instituições de ensino. Dentre as diretrizes propostas na Resolução estão o reconhecimento e adoção do nome social pelas instituições de ensino nos formulários e sistemas de informação e a garantia de uso de banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa. Destarte, dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais sobre estudantes LGBTTT indicam que 73% já sofreram agressão verbal dentro das instituições de ensino e 55% ouviram comentários preconceituosos a respeito de pessoas transgêneras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS, 2019).

O preconceito e a discriminação são formas de violência simbólica e impõem obstáculos tanto ao desenvolvimento emocional saudável quanto à cidadania das pessoas transgêneras. Este trabalho descreve as experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por mulheres negras transgêneras acadêmicas.

### Metodologia:

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo descritivo exploratório com base na realização de entrevistas com mulheres negras (pretas e pardas) transgêneras, na faixa etária entre 25 e 47 anos de idade, que frequentam cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior no município de São Paulo. As mulheres foram captadas para o estudo por meio da técnica snowball ou "bola de neve" e selecionadas para uma entrevista com base em sua autoidentificação como mulher, seu fenótipo, ou seja, a cor de pele preta ou parda e seu status como estudante universitária.

Dentre as 13 mulheres negras transgêneras identificadas em 04 instituições de ensino superior e convidadas (por meio de contato telefônico, mensagem eletrônica ou abordagem direta) para conceder uma entrevista, somente 04 efetivamente concretizaram sua participação no estudo. Inicialmente, quando contatadas, todas as mulheres afirmaram que concederiam a entrevista, porém muitas não compareceram aos horários marcados por repetidas vezes, até configurar uma desistência do estudo. Tal situação revela a dificuldade que é acessar e pesquisar as pessoas transgêneras no Brasil, possivelmente devido a sua desconfiança em relação aos benefícios que as pesquisas científicas têm trazido para elas.

As entrevistas realizadas com as 04 mulheres negras transgêneras que aceitaram participar do estudo duraram em média 40 minutos e tiveram como fio condutor um roteiro semiestruturado de perguntas sobre concepções de ser mulher e ser negra, experiências de preconceito e discriminação e estratégias de enfrentamento desses fenômenos. As 04 mulheres entrevistadas não guardavam nenhuma relação de parentesco entre si e as entrevistas foram realizadas mediante assinatura por elas de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O material coletado nas entrevistas foi gravado em áudio e após a sua transcrição e leitura foi feita uma análise de conteúdo. Segundo Nunes, Lins, Baracuhy e Bezerra Lins (2008:28): “Na análise de conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”. Desse modo, por meio da leitura do material transcrito das entrevistas buscou-se inicialmente reconhecer os significados emergentes. Em seguida, teve início a fase propriamente interpretativa na qual se identificou os conteúdos frequentes e houve a seleção de excertos de falas das entrevistadas que os exemplificassem. Posteriormente, conforme proposto por Puglisi e Franco (2005) houve a descrição dos aspectos que apareceram de forma recorrente e o agrupamento dos principais significados emergentes em 03 categorias, construídas com base na convergência dos conteúdos que surgiram: (a) concepções sobre ser mulher e sobre ser mulher negra; (b) experiências de preconceito e discriminação; (c) estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação.

### **Resultados e Discussão:**

No que se refere às concepções sobre ser mulher, os relatos das entrevistadas giraram entorno de questões referentes ao processo de “tornar-se mulher”, enquanto um ato de coragem de assumir para si e a sociedade sua feminilidade, como exemplificado pela fala: “(...) eu me tornei uma mulher porque eu passei por um monte de processos, com o meu corpo com a minha realidade, e eu acho que ser mulher é ter a paciência de assumir tudo que eu tinha que fazer e a coragem de ser”. Os relatos das entrevistadas mostraram que as concepções de ser mulher e ser mulher negra não podem ser separadas, na medida em que em ambas esta presente uma noção de coragem, força e autonomia. Como disse uma entrevistada: “(...) ser mulher preta é ser independente, ser forte, ser dona de si”.

Os relatos das entrevistadas acerca das experiências de preconceito e discriminação mostraram a rejeição e impedimentos associados, por um lado, à inferiorização das pessoas transgêneras, com base na transfobia, e, por outro, a inferiorização das pessoas negras, com base no racismo. Como afirmou uma entrevistada: “(...) existe um genocídio da população trans preta que acontece devido ao genocídio racial”. A maioria das entrevistadas relatou algum episódio no qual passou por impedimentos na vida cotidiana, como exemplificado pelas falas: “Eu sinto que ser preta é ser sempre preterida em todos os espaços (...) para gente é muito complicado não importa se você está bem vestida, você está sempre rejeitada (...)”; “Eu acredito que a gente é negada todo dia (...) já fui retirada de banheiro do metrô e de outros espaços (...) uma travesti branca, pode ser até que ela não tenha tanto respeito, mas essas deselegâncias talvez sejam menores”.

Embora as entrevistadas afirmem sentirem-se acolhidas pela maioria dos estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino, também percebem a presença de sentimentos de hostilidade como mostram as falas: “Tem professor que não gosta de chamar a gente pelo nome social, não tá nem aí”; “Eles [colegas de sala] não quiseram bancar uma preta travesti periférica no grupo [de trabalho] deles”; “(...) teve um segurança na [nome da faculdade no campus] que tentou me impedir de entrar pela porta da frente do prédio”. Outro fenômeno identificado nos relatos das entrevistadas foi sua exclusão recorrente de festas, viagens e outras atividades comuns à vida acadêmica.

No que diz respeito às estratégias para enfrentar o preconceito e a discriminação destacou-se nos relatos das entrevistadas a articulação entorno de redes sociais e locais de resistência como o Aparelha Luzia que busca se constituir como um espaço promotor de eventos culturais com protagonismo negro e debates sobre questões referentes à luta contra o racismo e a transfobia. Tais espaços coletivos de auto-organização servem para ampliar a autoestima, quebrar os silêncios e elaborar vivências de sofrimento e violência (Cortes, Morais, Santos, Sá & Pinho, 2019).

### **Conclusões:**

A participação em coletivos auto-organizados contribui para que as mulheres negras transgêneras possam enfrentar o preconceito e a discriminação derivados da sobreposição de racismo e transfobia e encontrar um espaço seguro de crescimento pessoal e compartilhamento de vivências.

As experiências de preconceito e discriminação dentro das instituições de ensino superior produzem nessas mulheres um sentimento de não pertencer ao ambiente acadêmico. Tais experiências vivenciadas na vida cotidiana e também no ambiente acadêmico geram sofrimento e podem produzir prejuízos que vão desde a baixa autoestima até o abandono dos estudos, vulnerabilizando as possibilidades de bem viver e de sucesso acadêmico desse segmento feminino da população. A noção de bem viver esta relacionada à melhoria da qualidade de vida, envolvendo o acesso à educação, condições dignas de estudo e trabalho, relações sociais saudáveis, dentre outros aspectos. A noção de sucesso acadêmico, por sua vez, esta relacionada com as possibilidades de titulação (conclusão do curso), envolvendo aspectos como as políticas universitárias voltadas para o acesso e permanência estudantil no ensino superior.

As dificuldades que as pessoas transgêneras encontram para se qualificar profissionalmente e conquistar um lugar no mercado de trabalho ainda são enormes. O que mostra a importância da criação e/ou aprimoramento de políticas de inclusão educacional como os programas de ação afirmativa, a exemplo da

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) que, a partir do segundo semestre de 2018, passou a oferecer cotas em seus cursos de graduação para pessoas transgêneras, favorecendo assim o maior ingresso dessa população. Por outro lado, a própria qualificação das pessoas transgêneras como produtoras de saber e não mais apenas como meros objetos de estudo de pesquisas científicas, constitui uma forma de resistência e superação frente ao contexto majoritariamente cis-heteronormativo presente nas instituições de ensino superior atualmente.

**Referências bibliográficas:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente escolar. Disponível em: <https://www.abglt.org/>  
Acesso em 13 de Novembro de 2019.

BENEVIDES, B. G & NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019.

CORTES, H. M.; MORAIS, A. V. C.; SANTOS, E. S.; SÁ, M. V. G. & PINHO, P. H. Vivências de mulheres transgêneras de um município do recôncavo da Bahia. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, 01:01-09, 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Balanço – Disque 100. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>  
Acesso em 07 de Outubro de 2019.

NUNES, A. V. L., LINS, S. L. B., BARACUHY, M. F. & BEZERRA LINS, Z. M. Análise de conteúdo: olhar da técnica sobre o preconceito racial no Brasil. *Psicologia (Paráíba)*, 1:01-26, 2008.

O'HARA, M. E. Negras Transgênero Enfrentam uma Epidemia de Violência e Assassinatos. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/53mkdq/negras-transgenero-enfrentam-uma-epidemia-de-violencia-e-assassinatos](https://www.vice.com/pt_br/article/53mkdq/negras-transgenero-enfrentam-uma-epidemia-de-violencia-e-assassinatos)  
Acesso em 25 de Setembro de 2019.

PUGLISI M. L. & FRANCO, B. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2005.